

## Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 16): diálogos entre pesquisa, extensão e divulgação científica

Cycle of conversations on “democracy, constitution and fundamental human rights” (SDG 16): dialogues between, extension and scientific divulgation

Arthur Ramos do Nascimento<sup>1</sup>  
Robson de Oliveira Lezainski<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente relato tem como objetivo narrar a vivência do Projeto de Extensão Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais” (ODS 16) promovido como atividade da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD. O projeto foi desenvolvido no ano de 2021, no formato remoto, considerando uma preocupação de articulação entre ensino, pesquisa e extensão durante um período ainda de isolamento sanitário. Essa narrativa de experiência promovida pelo projeto intenciona demonstrar a importância de se promoverem diferentes formatos de extensão que preparem o estudante para diferentes competências formativas, inclusive não ignorando a carreira acadêmica como um projeto de vida. A conclusão a que se chega é que a experiência apresentou bons resultados e que pode ser reproduzida futuramente, visto ter estabelecido pontes e conexões interinstitucionais que contribuem no fortalecimento da formação e na transformação da sociedade.

**Palavras-chave:** Projeto de extensão; Formação de pesquisadores; Popularização da pesquisa; Evento.

### ABSTRACT

This report aims to narrate the experience of the Extension Project Cycle of Conversations on “Democracy, Constitution and Fundamental Human Rights” (SDG 16) promoted as an activity of the UFGD Law School and International Relations. The project was developed in 2021, in remote format, considering a concern for articulation

<sup>1</sup> Universidade Federal da Grande Dourados

between teaching, research and extension during a period of sanitary isolation. This narrative of the experience promoted by the project intends to demonstrate the importance of promoting different extension formats, which prepare the student for different training skills, not ignoring, including, the academic career as a life project. The conclusion reached is that the experience presented good results and that it can be reproduced in the future, as it has established bridges and inter-institutional connections that contribute to the strengthening of training and the transformation of society.

**Keywords:** Extension project; Training of researchers; Popularization of research; Event.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação de um(a) profissional do Direito se revela um processo bastante difícil e complexo, considerando-se que a Ciência Jurídica paradoxalmente, como Janus, o deus de duas faces, parece olhar para o passado e para o futuro ao mesmo tempo. Não é possível formar um(a) jurista sem que lhe seja oferecido uma formação devidamente fundamentada nos clássicos, nas escolas teóricas, na literatura de base e na tradição jurídica do Ocidente. Ao mesmo tempo, não fará qualquer sentido formar um(a) jurista se ele (ou ela) não for devidamente preparado(a) para enfrentar os desafios que se apresentarão no futuro. É preciso, nesse sentido, expor o(a) estudante à desafios que o(a) façam pensar criticamente sobre os fenômenos e, dessa forma, possa refletir em soluções para problemas que no presente ainda não possuem respostas.

O curso de Direito, tradicionalmente com a duração de 5 (cinco) anos, não é suficiente para atender todas as expectativas e demandas na formação de um(a) jurista bem-preparado(a). A carga horária e as divisões disciplinares obrigatórias acabam estabelecendo uma margem muito restrita de liberdade docente para instigar e apresentar temas que muito se afastem das matrizes e conteúdos exigidos em exames como o da Ordem dos Advogados do Brasil ou ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

Partindo-se de tais reflexões, o presente relato de experiência/artigo busca descrever a necessidade de que mais ações extensionistas sejam promovidas no sentido da formação do(a) jurista, notadamente na UFGD. É identificada a necessidade de mais extensões que também apresentem um perfil ligado à pesquisa e ao ensino e que permitam o estreitamento de relações institucionais com outros polos de produção do conhecimento.

Verifica-se na literatura produzida que há uma prevalência de ações de extensões em cursos jurídicos que fomentam a participação do(a) estudante de Direito na sociedade prestando atendimento jurídico. Todavia, sem desmerecer a importância de tais ações que preparam o(a) estudante para atuação como advogado(a), percebe-se uma quase inexistência

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

de ações de extensão que dialoguem com a pesquisa e ensino para os(as) estudantes que intencionem seguir a carreira acadêmica.

A construção do presente texto, desse modo, articula o método de revisão bibliográfica e o método de narrativa (registro de experiências) como forma de oferecer aspectos tanto técnicos quanto pessoais sobre o tema da extensão universitária. Nesse sentido, o texto percebe a extensão universitária enquanto estratégia de formação de profissionais críticos que tenham maior domínio sobre teorias e reflexões de pesquisa que não podem ficar restritas aos âmbitos do Trabalho de Conclusão de Curso e/ou da Iniciação Científica – a extensão permite um alcance maior de interessados, visto que há uma dinâmica de ação coletiva e não individualizada como, em regra, se dá na pesquisa.

Um dos objetivos do presente registro, em forma de relato de experiência e de sua *publicização*, é que ele sirva de compartilhamento de vivências para que outros(as) docentes se sintam motivados(as) e desafiados(as) a também articular propostas de extensão tanto de viés prático-profissional, quanto de articulação com ensino e pesquisa. Esse objetivo se justifica por ainda existir uma dupla resistência: (i) é preciso construir e fortalecer uma cultura extensionista nos cursos de Direito que não se limite ao mero serviço de assessoria jurídica; e (ii) existe pouca produção de relatos de experiência produzidos por docentes do Curso de Direito.

Optou-se pela narrativa crítica como metodologia de construção do texto, por se tratar de uma dinâmica que comporta tanto a apresentação sequencial de acontecimentos quanto a valorização desses acontecimentos narrados (SOUSA; CABRAL, 2015). O uso da narrativa permite demarcar a experiência como objeto de análise (e a partir dessa narrativa extrair sentidos e possibilidades), seja de cunho afetivo, ideológicos, intersubjetivo, entre outros, para apontar “suas significações histórico-sociais” (DALTRO; FARIA, 2019).

Dessa forma, o objetivo é relatar as experiências vivenciadas na atividade de extensão executada no ano de 2021: Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais” (ODS 16) (devidamente registrada e aprovada nas instâncias institucionais da UFGD). Assim, o relato, de forma específica, busca (I) descrever as etapas de motivação e construção da atividade extensionista; e (II) abordar as percepções durante, e após, o processo indicando as dificuldades e resultados alcançados. Nesse sentido, busca tanto

quanto possível incentivar o uso da atividade ou similares por parte de outros docentes enriquecendo, assim, a experiência acadêmica<sup>2</sup>.

Estruturou-se o presente relato na seguinte ordem: (I) há inicialmente uma apresentação sobre a preocupação com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas ações universitárias; (II) a descrição do projeto de extensão e suas contribuições macro para a formação do estudante-pesquisador e da coletividade. Posteriormente, (III) são apresentadas considerações sobre dinâmicas metodológicas de execução do projeto de extensão; e, por fim, (IV) se descrevem os resultados do projeto e as conclusões.

## 2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NAS AÇÕES UNIVERSITÁRIAS

A Universidade, especialmente uma universidade pública, gratuita e que objetive qualidade na formação de profissionais com conhecimentos além de meros pontos disciplinares, deve tanto quanto possível articular ensino, pesquisa e extensão. Dito isso, há que destacar a necessidade de uma formação humanística e socialmente consciente quando se trata da formação esperada de um curso jurídico. Os profissionais graduados em Direito devem saber articular diversos saberes que não se resumem ao mero “decorar as leis”.

A participação estudantil em atividades extensionistas tem essa proposta, pois os estudantes irão de alguma forma vivenciar outras realidades ou dinâmicas em sua formação, seja no contato com a comunidade (sociedade civil) quanto com outros núcleos de produção e discussão do saber. Não é de hoje que muito se fala na crise do ensino jurídico, considerando-se que há um reconhecido déficit de formação no que tange à pesquisa e à extensão. Uma rápida busca pelas plataformas de dados demonstrará poucas produções extensionistas no Direito e que em sua quase totalidade estão diretamente relacionadas com a atuação de núcleos de prática jurídica (o que envolve o atendimento de populações carentes e atendimento jurídico orientado). As ações focam na formação humana e profissional dos futuros juristas, além de reforçar sua função social. É uma visão quase pacificada nos cursos jurídicos que a ação extensionista deve se dar “[...] articulada de forma direta às demandas por direito e às por justiça”, e que tais conceitos irão orientar “o núcleo duro da atual política nacional de

---

<sup>2</sup> Vale o registro que a construção do pensamento crítico do Direito deve se fazer para além do ambiente de “sala de aula”, mesmo que essa seja uma das arenas mais propícias para que se adote uma visão crítica do Direito. Incentiva-se, nesse sentido, que se promovam, tanto quanto possível, espaços de interação entre pesquisadores, estudantes e comunidade como forma de divulgação científica e formação jurídica.

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

extensão universitária, que diz respeito à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão” (CASADEI, 2016, p. 14).

No âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), as ações de extensão (que envolvem, por exemplo, a promoção de “programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços, produção e publicação e produto”), por meio dos estudantes, servidores técnicos e docentes, bem como pelas unidades administrativas, são desenvolvidas:

[...] em processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos que a Universidade interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua, construção de saberes e qualificação de sujeitos sociais (UFGD, 2021a, n.p.).

Por certo, é preciso reconhecer que existe alguma imprecisão sobre o conceito e limites do que vem a ser uma ação de extensão e o que a diferencia de uma ação de pesquisa ou de ensino. A descrição apresentada pela UFGD aponta para uma interpretação aberta sobre o conceito de ação extensionista considerando como fato determinante a “interação” entre sociedade e universidade. Como se verifica no presente relato, ainda que se trate de um grupo recortado da sociedade (estudantes e pesquisadores do Direito), é possível identificar essa interação da Universidade com a comunidade: houve participação de estudantes e pesquisadores de Dourados/MS e outras cidades e estados.

O projeto de extensão desenvolvido, e que é agora descrito no presente relato de experiência, não ignora ou nega a importância das extensões de orientação prática, mas apresenta uma preocupação quanto à formação teórica de juristas que podem seguir a carreira acadêmica. Se, de acordo com Bortolai, “[o] conhecimento jurídico se mostra uma via essencial para o verdadeiro acesso à justiça pela população”, há uma necessidade estratégica de se oferecer momentos de formação que não sejam meramente curriculares, mas que também não se limitem a uma formação acadêmica – e que contribua para a formação social de outros indivíduos, sejam qualificados ou não.

Além disso, segundo Bortolai, o conhecimento serve como uma defesa contra a alienação, posto que “pessoas alienadas, que não têm conhecimento básico sobre determinados temas, seja por ignorância ou por falta de conhecimento” devem ter acesso a ferramentas de superação, sendo tais limitações objeto de ações que possibilitem “esta superação das barreiras apresentadas” (BORTOLAI, 2013, p. 118). Dessa sorte, a comunidade estudantil jurídica deve ser exposta à formação crítica para que seja capaz de questionar a realidade e se desenvolver o suficiente para transformá-la.

### 3 SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO EXECUTADO

Considerando-se que a extensão universitária deve transpor os muros institucionais, sejam físicos ou metafóricos, há uma clara premissa de que a comunidade deve ser o foco do projeto: como participante ou como destinatário. A partir dessa percepção, não se pode ignorar os impactos que a pandemia do Covid-19 causou na sociedade e na “práxis universitária” em todos os níveis, forçando uma adaptação às ferramentas digitais sem que houvesse tempo suficiente para refletir o processo e articular instrumentos e métodos para um melhor resultado. Por tais questões, o Projeto de extensão foi pensado para o ambiente virtual, o que oportuniza(ria) uma maior participação da comunidade, visto que em 2021 ainda havia uma orientação para isolamento social como forma de evitar a disseminação do vírus.

Nesse sentido, a atuação da Universidade (que envolve os processos de pesquisa, ensino e extensão) passou por adaptação durante o período pandêmico e, em razão disso, experimentou-se um período de virtualização das vivências. As ações universitárias lançaram-se nas plataformas digitais e cada uma dentro de suas possibilidades e limitações. Isso, como narrado, não foi ignorado durante a idealização e execução do projeto.

O *Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais”* foi executado como uma proposta de atividade que oferecesse aos estudantes e pesquisadores envolvidos com pesquisa (fossem parte da comunidade interna da UFGD ou comunidade externa) a conhecerem debates atuais sobre democracia, sobre teoria constitucional e sobre direitos humanos. A atividade foi proposta em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais” (devidamente registrado na UFGD e CNPq-Capes) - o que possibilitou o contato com os professores palestrantes. Essa parceria contribuiu também na busca de estreitar as relações de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições públicas de ensino superior (aqui com destaque para a UFMS-Campus de Três Lagoas e a Universidade Estadual do Norte do Paraná).

Cabe o registro que, ainda que a disseminação da pesquisa ocorra usualmente apenas em Grupos de Estudo e Pesquisa, a divulgação científica não pode (ou não deveria) ficar adstrita apenas a esses espaços. O Curso de Direito da UFGD (situado na Faculdade de Direito e Relações Internacionais) conta com grupos de natureza de pesquisa e, ao menos uma vez por ano, promove a divulgação científica com a atuação do Centro Acadêmico Águia de Haia por meio do Simpósio Jurídico da UFGD que também conta com Encontro Científico. Esses momentos de execução de eventos públicos são muito relevantes na formação de estudantes,

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

profissionais e sociedade civil interessada. A Universidade cumpre assim seu papel de divulgação científica ao trazer (presencial ou virtualmente) professores(as) pesquisadores(as) para demonstrarem suas pesquisas de forma acessível ao grande público.

Considerando a importância da “educação para o Direito” e a preocupação já mencionada sobre a formação de estudantes para a carreira acadêmica (e não apenas para a advocacia ou cargos jurídicos mais óbvios), a proposta do Projeto de Extensão buscou oferecer, em escala mais modesta, esses encontros de divulgação científica. Com a proposta, se ofereceu, mas sem a formalidade de uma “palestra”, diferentes oportunidades de diálogos entre docentes-pesquisadores de outras IES (Instituições de Ensino Superior) e os(as) estudantes de graduação e pós-graduação. Através dessas interações, houve o contato com leituras e referenciais diferentes dos que são usualmente indicados pelos docentes da UFGD.

Considerando a busca para possibilitar diálogos mais francos e informais entre os docentes com experiência em pesquisa e os jovens pesquisadores, por meio da ação de extensão foram realizados, no decurso do projeto, cinco encontros conforme o quadro abaixo. Cada encontro era individualizado com a participação de um(a) docente-pesquisador(a), de um tema e de leituras específicas para o desenvolvimento dos diálogos.

Quadro 1 – Palestrantes, instituições de origem e titulação

Nome	Instituição	Titulação
Jairo Neia Lima	UENP	Doutor
Stanley Souza Marques	UFMG	Doutor
Marco Antonio Turatti Junior	UENP	Mestre
Ana Claudia dos Santos Rocha	UFMS	Doutora

Fonte: Os autores (2022)

A proposta envolveu a disponibilização de material de leitura prévia (quadro abaixo) para que os estudantes-pesquisadores, professores-pesquisadores da UFGD (que estivessem no PIBIC, PIVIC, os membros de outros grupos de estudos ou pesquisa na Faculdade de Direito e Relações Internacionais, os alunos do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) e participantes de outras instituições de Mato Grosso do Sul e de outros estados (como a UFMS, UNIGRAN, UEMS e UENP) pudessem dialogar nas datas previamente agendadas para a ocorrência das “Conversas”, propondo reflexões e questionamentos. Além disso, a execução do projeto permitiu também o oferecimento de oficinas e encontros específicos para tratar sobre metodologia de pesquisa (como a elaboração de projetos de pesquisa, por exemplo) como

forma de transformar a sociedade e oportunizar um acesso ao mundo da pós-graduação *stricto sensu*.

Vale o registro, também, que a expressão “Ciclo de Conversas” não foi à toa. Buscou-se, tanto quanto possível, quebrar a formalidade de um evento acadêmico para que independentemente de título, instituição ou formação, as pessoas presentes pudessem interagir, tirar dúvidas e, de fato, conversar. Uma das preocupações recorrentes era a de mostrar que o conhecimento deve ser acessível e os pesquisadores, também.

A proposta, como se observa, justifica-se pela importância de se aliar ensino, pesquisa e extensão e por promover o câmbio institucional de debates atuais sobre Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais. É importante promover a integração entre graduação, pós-graduação e público externo interessado. A aproximação de diferentes públicos e a construção de uma rede de pesquisadores permite um intercâmbio de ideias consolidadoras de debates mais fundamentados. Há, nesse sentido, uma relação dialógica com a sociedade, vez que o projeto se volta tanto para estudantes de graduação e de pós-graduação quanto para professores pesquisadores (sejam da UFGD, UFMS, UNIGRAN, UEMS e Anhanguera-Dourados).

A proposta se encontra devidamente adequada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>3</sup>, estando de acordo com principalmente com o *ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes*, considerando que os debates desenvolvidos buscaram compreender os fenômenos sociais e conflitos. Os temas envolveram as minorias e os grupos vulneráveis (bem como diferentes aspectos dos direitos humanos) buscando a inclusão e a divulgação científica de investigações sobre instituições (como o Judiciário) produzindo uma nova leitura sobre elas, de modo a torná-las mais “eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. O projeto também se vinculou ao *ODS 4 – educação de qualidade* por buscar assegurar que se promovesse uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para os estudantes e pesquisadores da Região da Grande Dourados, promovendo oportunidades de aprendizagem que extrapolam a mera lição de sala de aula. Considerando a temática do direito das minorias, também há relação com o ODS 5 “igualdade de gênero”, pois alguns debates envolveram o *empoderamento* da mulher na pesquisa e fora dela.

Considerando que o evento se faz em parceria com o Grupo de Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais” e esteve aberto aos estudantes do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos, a extensão gerou impactos ao qualificar e incentivar a escrita de artigos (para todos os participantes) e dissertações (especificamente para os mestrandos). A

---

<sup>3</sup> Há uma preocupação especial da UFGD em estabelecer que as ações de extensão devam estar vinculadas a um ou mais ODS.

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

interdisciplinaridade se fez presente, nessas interações, com a diversificação dos temas abordados e sua relação com a realidade jurídico-político-social brasileira, bem como a relevância do olhar da teoria sobre aspectos diversos (fenômenos virtuais, democráticos, ensino, constitucionalismo, instituições etc.).

#### 4 METODOLOGIA DO PROJETO DE EXTENSÃO

A metodologia desenvolvida no projeto de extensão envolveu a socialização de leituras prévias orientadoras do debate, permitindo que os estudantes conseguissem contextualizar e intertextualizar as discussões, com olhares de outros pesquisadores e suas próprias vivências. Nesse sentido, na execução do projeto houve troca de saberes sistematizados, ainda que dentro de um grupo recortado da sociedade, considerando-se os objetivos da proposta em oferecer uma formação científica e profissional em alguma medida e, também, comprometida com a qualificação de um grupo de novos e futuros pesquisadores.

O projeto foi executado com a coordenação e orientação do docente que formulou a proposta a partir da identificação de demandas como a importância de uma maior interação interinstitucional e virtualmente acessível. Essa percepção das necessidades da comunidade acadêmica se fez de forma espontânea e por observação, mas que foram identificadas e sistematizadas na proposta do projeto. Nesse sentido, tanto na formulação quanto na execução, a abordagem buscou promover formação crítica que reverberassem tanto na (des)construção pessoal quanto teórica e, com isso, permitindo a difusão do conhecimento científico que foi objeto dos encontros.

A metodologia baseou-se essencialmente no uso de recursos virtuais e tecnológicos, como salas virtuais e compartilhamento de arquivos digitais. A divulgação das ações de extensão do projeto se deu pelo uso de redes sociais e aplicativos de comunicação permitindo um maior alcance e difusão em busca do público-alvo almejado. Nesse contexto, se as ações de extensão devem resolver e auxiliar problemas socialmente identificados, a execução buscou suprir algum déficit de formação e fomentar a análise crítica da sociedade e das instituições por meio (e não apenas) da pesquisa e divulgação científica.

Após o estabelecimento de temas-chaves para a discussão de Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais, houve o contato com os(as) pesquisadoras de outras instituições (objetivando a construção de pontes interinstitucionais) feito pelo docente coordenador do projeto. Com o aceite dos(as) pesquisadores(as) convidados(as), foi solicitado a

cada um(a) a indicação de leituras preparatórias (como forma de nivelamento e introdução dos temas e apresentação de referenciais teóricos). Os textos indicados foram organizados por data de encontro e socializados com os participantes por meio de *link* específico para a pasta de “drive” (Google Drive) onde os textos foram disponibilizados. Todos os textos escolhidos eram artigos acadêmicos publicados em periódicos de acesso gratuito.

Após o compartilhamento do cronograma e textos de referência, os encontros ocorreram aos sábados, no período vespertino (14h às 16:30, horário de Mato Grosso do Sul). O dia e horário foram propostos pelos participantes do projeto que consideraram como momento mais acessível – posto que não coincidia com horários de trabalho, aula ou outras atividades. O *link* para as salas foi encaminhado separadamente à medida que os encontros aconteciam.

Com o encerramento de cada encontro, a coleta de impressões e *feedbacks* dos participantes se deu via comentários registrados nas listas de participação, em comentários no grupo de aplicativo de comunicação (*WhatsApp* criado para troca de informações sobre o projeto) e por contato direto com o docente orientador do projeto. Essas respostas e retornos dos participantes permitiram desenvolver alguns registros parciais e organização dos encontros seguintes. Ao final de cada encontro os participantes assinavam a lista de presença (em um formulário do *Google Forms*) também avaliando aquele encontro em particular. Essa avaliação oportunizou que os encontros seguintes fossem reorganizados, já que havia uma distância de tempo considerável entre cada encontro do Ciclo (se realizava um encontro a cada dois meses, em regra).

O formato do Ciclo de Conversas possibilitou que os estudantes pudessem (por ser um evento que contava com menos pessoas envolvidas) fazer questionamentos diretamente aos professores pesquisadores que ministraram as falas e realizavam a divulgação científica. A diversidade temática, mas sempre dentro do recorte de Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais, oportunizou diferentes debates e abordagens (como se observa no Quadro 2).

Quadro 2 –Textos indicados pelos palestrantes para as reuniões do Projeto em 2021.

Debate/ Encontro	Leituras indicadas
01	ALVES, Fernando de Brito; LIMA, Jairo Neia. Quando o poder constituinte desafia os poderes constituídos: uma abordagem filosófica sobre a confiança democrática na desobediência civil e no direito ao protesto social. <b>Revista Brasileira de Direito</b> , Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 45-59, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <a href="https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1790">https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1790</a> . Acesso em: 09 jan. 2021. doi: <a href="https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v13n1p45-59">https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v13n1p45-59</a> .

	<p>LEAL, Rogério Gesta. O Brasil para junto com as rodas dos caminhões: perspectivas da Contrademocracia e seus limites políticos e institucionais. <b>Revista da Faculdade de Direito da UFMG</b>, Belo Horizonte, n. 76, pp. 393-410, jan./jun. 2020. Disponível em: <a href="https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/2070/1934">https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/2070/1934</a> Acesso em 10 de jan 2021.</p>
02	<p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. <b>Revista de Estudos Feministas</b>. Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 01-16, 2020. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e68037.pdf">https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e68037.pdf</a>. Acesso em 05 fev 2021.</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Paternidades e a identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença-paternidade. <b>Revista da Faculdade de Direito UFPR</b>, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 9-38, aug. 2018. Disponível em: <a href="https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/52320">https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/52320</a>.</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Direito fundamental à licença-paternidade e masculinidades no Estado Democrático de Direito. <b>Revista Culturais Jurídicas</b>, v. 04, n. 09, p. 222-248, 2017. Disponível em: <a href="https://periodicos.uff.br/culturasiuridicas/article/view/44851">https://periodicos.uff.br/culturasiuridicas/article/view/44851</a>.</p>
03	<p>FACHIN, Melina Girardi. Utopia quixotesca dos direitos humanos. <b>ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura</b>, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 153-169, jun. 2017. ISSN 2446-8088. Disponível em: <a href="https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/316">https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/316</a>. Acesso em: 28 abr. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.21119/anamps.31.153-169.</p> <p>TRINDADE, André Karam; BERNSTIS, Luísa Giuliani. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. <b>ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura</b>, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-257, jun. 2017. ISSN 2446-8088. Disponível em: <a href="https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/326">https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/326</a>. Acesso em: 28 abr. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.21119/anamps.31.225-257.</p>
04	<p>ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. A (in)efetividade da Lei n.º 11.738/2008 à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal. <b>Jornal de Políticas Educacionais</b>. v. 14, n. 46. Outubro de 2020. Disponível em: <a href="https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/74105">https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/74105</a> Acesso em 12 ago. 2021. Doi: <a href="http://10.5380/jpe.v14i0.74105">http://10.5380/jpe.v14i0.74105</a></p> <p>XIMENES, Salomão Barros; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Mariana Pereira da. Judicialização da educação infantil: efeitos da interação entre o Sistema de Justiça e a Administração Pública. <b>Revista Brasileira de Ciência Política</b>, nº 29. Brasília, p 155-188, maio - agosto de 2019. DOI: 10.1590/0103-335220192905. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SHSsGMztRZgS7XpmpRncxm/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SHSsGMztRZgS7XpmpRncxm/?lang=pt</a> Acesso em 12 ago. 2021.</p> <p>NOZU, Washington Cesar Shoiti; CARVALHO, Cristiane da Costa; AGRELOS, Camila da Silva Teixeira. Direito Humano à inclusão escolar: da previsão à judicialização. In: <b>Educação, direitos humanos e inclusão</b> [recurso eletrônico] organização de Washington Cesar Shoiti Nozu, Gustavo de Souza Preussler – Curitiba: Íthala, 2021.</p>

Fonte: Os autores (2022).

Como a idealização e execução de um projeto de extensão devem partir do diálogo entre sociedade e universidade, não se pode perder de vista que há diversos agentes transformadores nesse processo (comunidade, alunos extensionistas, docentes etc.). A interação deve “construir um conhecimento coerente” posto que cada pessoa “por ter uma experiência de vida diferenciada, detentora de um conhecimento particular e individual,

possibilitaria o acesso a um conhecimento realmente crítico a partir do contato entre o popular e o acadêmico” e, mais do que isso, o objetivo “não é impor ideias aos membros da comunidade, mas possibilitar, a partir de uma conversação, a construção do seu próprio conhecimento” (BORTOLAI, 2013, p. 124).

Nesse sentido, todos os temas (como consta na Programação e Cronograma de Atividades) possui direta ou indiretamente relação com as áreas temáticas e dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), como demonstrado:

Quadro 03 – Temas das conversas e sua vinculação com as ODS

Conversa	Tema principal	ODS vinculada(s)
01	Democracia, liberdade de expressão, direitos individuais.	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 4 – Educação de Qualidade;
02	Divisão sexual do trabalho, pensamento jurídico crítico sob o recorte de gênero.	ODS 5 – Igualdade de Gênero; 10 – Redução das desigualdades; ODS 4 – Educação de Qualidade;
03	Diálogos interdisciplinares entre Direito e Cultura.	ODS 4 – Educação de Qualidade
04	Judicialização de políticas públicas de educação, ativismo judicial.	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 10 – Redução das desigualdades;

Fonte: Os autores (2022).

A proposta, como observado, segue as orientações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu Art.43, VII. Essas diretrizes determinam, entre as finalidades da educação superior, a promoção da extensão que deve ser aberta à participação da população de modo a difundir conquistas e benefícios que resultaram da produção científica e de pesquisas. Além disso, as diretrizes apontam para a democratização cultural e tecnológica desenvolvidas na instituição de ensino superior (BRASIL, 1996). Cabe ainda identificar que a proposta realizada está de acordo com a missão do curso de Direito da UFGD que envolve integrar essas atividades extensionistas na formação do(a) estudante de Direito (UFGD, 2021b, p. 20–21, 23–24, 28–29).

## 5 RESULTADOS

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

Foi possível promover a divulgação científica de pesquisas realizadas em diferentes instituições (UFMS, UENP, UFMG) com a participação de pesquisadores (doutores, doutorandos e mestres) que desenvolvem suas pesquisas em diferentes realidades e contextos. Foi possível estabelecer espaços para debate e desenvolvimento crítico do saber científico, bem como oportunizar que os participantes pudessem refletir sobre suas próprias práticas de pesquisas e, nesse sentido, garantiu-se acesso a novos referenciais teóricos para amadurecimento de pesquisas jurídicas.

Considerando que a execução da atividade se deu em datas diferentes e com temáticas diferentes, não foi possível manter a estabilidade de participação do público-alvo, variando a depender do tema e ocasião. O quantitativo de público atingido chegou a 47 (quarenta e sete) participantes com o status de estudantes de graduação, 7 (sete) participantes com status de pós-graduando *stricto sensu* (mestrandos e doutorandos) e 5 participantes com status de professores universitários e pesquisadores não vinculados com instituições de ensino superior. Todavia, a participação variou para menos em diferentes momentos. Dependendo do(a) docente pesquisador(a) convidado(a) o número de participantes de outros estados também tendia a variar, considerando-se a participação de acadêmicos de seus respectivos grupos de pesquisa.

Divulgou-se o Grupo de Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais” como ambiente de pesquisa e popularização de investigações científicas, apresentando, também, a própria Universidade Federal da Grande Dourados como um centro de produção do conhecimento. Por meio dessa divulgação, desenvolveram-se estratégias de aproximação de divulgação científica e pesquisas entre UFGD e comunidade externa (UEMS, Unigran, UFMS e Anhanguera-Dourados), como, por exemplo, convites entre as instituições para envio de resumos (em Encontros Científicos) e convites para palestras e exposições.

As conversas entre diferentes atores fortaleceram as pesquisas ligadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), Agenda 2030, especialmente considerando os temas de Democracia, Constituição e Direitos Humano-fundamentais. Destacou-se a importância dos ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 5 – Igualdade de Gênero na pesquisa jurídica. Amadureceram-se novos canais de promoção da ODS 4 – Educação de Qualidade, aliando ensino jurídico, pesquisa e extensão.

Um dos resultados alcançados mais significativos foi a formação mais integral dos estudantes, com a produção do conhecimento, a geração de novas pesquisas, o que significou o

atendimento direto/assistência direta de acordo com as necessidades apontadas pela comunidade atendida. Além da extensão em si, foi possível obter uma atividade acadêmica complementar.

É possível, ainda, destacar como resultados positivos que estudantes de graduação tiveram a oportunidade de mediar debates, conduzindo perguntas e interações com os(as) docentes pesquisadores(as), o que lhes deu mais autonomia, segurança e desenvolvimento de competências que também formam um(a) bom(boa) jurista e pesquisador(a) docente, o que também reflete um resultado de formação e amadurecimento de uma postura profissional futura.

Outro ponto a se destacar foi o comprometimento da comunidade estudantil participante que se engajou e interagiu tanto quanto possível no limitado espaço virtual. Essa dedicação e interação da comunidade envolvida foram salutares para que a proposta alcançasse os objetivos determinados. A participação da comunidade estudantil e de pesquisadores na avaliação de cada encontro permitiu avaliar o atingimento integral ou parcial dos objetivos do projeto de extensão.

Ao final de cada atividade ocorreu a disponibilização de um *link* (plataforma *google forms*) para aferição da presença. Esse formulário exigia o preenchimento de um questionário de avaliação do encontro, buscando aferir também as impressões dos participantes e as necessidades da comunidade acadêmica atendida para novas propostas de projeto de extensão com fins de qualificação profissional acadêmica. O mencionado questionário inquiria sobre as percepções dos participantes sobre: (I) as leituras indicadas; (II) os diálogos desenvolvidos com os pesquisadores; e (III) sugestões para encontros futuros ou melhorias do projeto. Em uma análise geral, as respostas sempre foram muito positivas destacando-se entre essas percepções: (I) a indicação de leituras prévias facilitava a compreensão das exposições e permitia um melhor aprofundamento do tema para pesquisas individuais; (II) os pesquisadores convidados receberam avaliações positivas com indicação de elogios como “humildade”, “pessoa acessível”, “generosidade”, “carismático” e “com muito conhecimento”; e (III) sobre sugestões ou propostas de melhorias, as respostas sempre foram apenas de que o formato apresentado estava do agrado da comunidade e agradecimentos pela oportunidade de aprenderem mais sobre pesquisa e temas relevantes para um futuro jurista.

A avaliação das impressões e *feedbacks* dos participantes (público-alvo do projeto) permite verificar a importância de uma maior diversificação das propostas de extensão. Há ainda a necessidade de se construir uma cultura extensionista entre docentes e discentes do

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 1...*

curso de Direito, bem como diferentes propostas que possam pensar tanto em atuação social quanto, também, na formação profissional acadêmica dos discentes aliando a interação entre diferentes instituições de ensino superior. Também é possível perceber que, mesmo com a possibilidade de execução de projetos de extensão presenciais, a adoção de tecnologias ainda deve ser mantida para permitir a participação nos projetos por parte de diferentes públicos e destinatários das ações de extensão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões desenvolvidas no presente relato de experiência, é possível chegar à conclusão de que o período pandêmico apresentou dificuldade para as práticas extensionistas tradicionais, mas também oportunizou que novas dinâmicas pudessem se estabelecer. A necessidade de adaptação das propostas de extensão para o novo contexto de isolamento permitiu ampliar a concepção do fazer extensão e possibilitou a experimentação de novas abordagens.

A extensão como parte do “tripé” da Universidade é, sem dúvidas, a parte mais frágil da formação estudantil em um curso de Direito, muitas vezes ficando limitado às ações de atendimento jurídico assistencial por parte dos Núcleos de Prática e Clínicas Jurídicas dessas faculdades. Há uma escassez de produções acadêmicas que apresentem alternativas de atividades de extensão que estejam aliadas à formação de futuros pesquisadores e docentes, estabelecendo conexões mais dinâmicas do que as que se desenvolvem apenas em propostas como iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso.

Sem a possibilidade de ir aos bairros periféricos ou mesmo visitar instituições de ensino (onde o compartilhamento de saberes por meio de palestras e painéis temáticos) que sempre contam com engajamento dos acadêmicos e organizações estudantis universitárias, foi preciso reinventar as propostas de fazer diferença na sociedade. A organização de um evento como atividade de extensão não é uma atividade estranha à realidade da Universidade Federal da Grande Dourados (que compreende evento como atividade de extensão), mas é incomum que esses encontros sejam feitos tão aliados à pesquisa permitindo o intercâmbio entre pesquisados, equiparando pesquisa e extensão de forma dialogada: a extensão incentivando a pesquisa. Mais do que isso, é incomum observar projetos de extensão em cursos jurídicos que se voltem para a formação de jovens pesquisadores preparando-os para um mercado de trabalho docente.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apresenta relevantes resultados, sendo possível perceber o êxito do projeto de extensão proposto. Acadêmicos que participaram do projeto em 2021 apresentaram resumos em eventos universitários, houve apresentação de projetos para programas de mestrado dos participantes já bacharéis em Direito, além do amadurecimento de pesquisas que já se encontravam em andamento graças ao intercâmbio promovido entre pesquisadores e instituições. A apresentação de produtos concretos (projetos de pesquisas para programas de pós-graduação, resumos, artigos e capítulos de livro, trabalhos de conclusão de curso) decorrentes e/ou com contribuições das conversas indicam o objetivo principal do projeto piloto apresentado.

A experiência desenvolvida no projeto contribuiu na idealização de novas estratégias, pensando um desenvolvimento regional (no contexto dos futuros pesquisadores e docentes de Mato Grosso do Sul, em especial) e nacional (pela conexão entre instituições do Centro-Sul) no que se refere ao ensino jurídico e pesquisa. Os impactos sociais, todavia, poderão ser identificados apenas em longo prazo, considerando se os envolvidos irão seguir carreira acadêmica ou continuar os canais de comunicação estabelecidos no projeto e, com isso, retroalimentar a formação de pesquisadores e juristas com maior senso crítico e com uma nova dimensão reflexiva sobre os problemas da realidade.

## REFERÊNCIAS

BORTOLAI, Luís Henrique. Projetos de Extensão Universitária nas Faculdades de Direito: meio de efetivação do princípio do acesso à Justiça. **Direitos Fundamentais & Justiça**. Ano 07, nº 25, p. 115-131, out/dez. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 15 de ago 2022.

CASADEI, Eliza Bachega., org. A extensão universitária e as demandas por justiça: cidadania e comunicação como uma questão de endereçamento. In: **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 13-30. Disponível em: doi: 10.7476/9788579837463. Também disponível em ePUB em: <http://books.scielo.org/id/zhy4d/epub/casadei-9788579837463.epub>.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Ações de Extensão. 18.06.2021. **UFGD (PROEX)**. Dourados, 2021a. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/acoes-de-extensao-proex/index> Acesso em: 23 ago 2022.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**, 2021. Faculdade de Direito e Relações Internacionais. Dourados, 2021b. Disponível em:

NASCIMENTO, A. R.; LEZAINSKI, R. O. Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 16): diálogos entre pesquisa, extensão e divulgação científica. **Realização**, UFGD – Dourados, v. 9, n. 18, p. 167-182, 2022.

*Ciclo de conversas sobre “democracia, constituição e direitos humanos-fundamentais” (ODS 16)*

<https://drive.google.com/drive/folders/1q700jDseMpMQmY7vllbqyKkRnRRmRjV>. Acesso em: 22 ago. 2022.